

A esfinge do tempo: para onde vai o socialismo? *

FRANCISCO DE OLIVEIRA **

Deter-me-ei em alguns dos aspectos que considero importantes para o levantamento de questões atinentes à economia do socialismo. Não pretendo, portanto — e é bom que fique claro, desde logo — oferecer para o debate algo que pretensiosamente possa ser tomado como *uma* teoria econômica do socialismo, mesmo porque acredito que não existe essa teoria. Poder-se-ia objetar que, existindo experiências concretas socialistas, a teoria já se faz possível — e alguns afirmarão que já existe. Não quero adentrar-me nesse cipoal, não pelo medo de enredar-me nele, pois de cipoais se sai, quando menos cortando-se o mato. Afirimo, entretanto, que a teoria econômica do socialismo que existe resume-se, para ser curto e grosso, num axioma de que o socialismo *é uma fase de transição*, do lado dos que defendem e confirmam o caráter socialista das experiências nacionais e internacionais já existentes. Por aí se vai à explicação da manutenção do que se chama “resquícios” do modo de produção capitalista no interior do socialismo: o fato de que essas experiências não conseguiram, ainda, desbordar os marcos da lei do valor. Para os que pensam na linha de Bettelheim e de Mandel, esses “resquícios” e a continuidade da vigência de certos aspectos da lei do valor não são mais que “desvios” produzidos por uma concentração do poder nas mãos da burocracia que, fazendo as vezes das classes capitalistas, não pode, por isso, fugir aos limites da lei do valor. Nesta inter-

* Este texto serviu de base a um seminário realizado pelo Centro de Estudos “Paulo Emílio Salles Gomes”, em agosto de 1978. Daí sua forma não acadêmica, que o autor, ao publicá-lo agora, decidiu manter. Mesmo tendo, com a Polônia de hoje, reforços ao argumento...

** Pesquisador do CEBRAP.

pretação, os sistemas socialistas não passariam na verdade de arremedos de um capitalismo de Estado.

É inútil pensar que se pode antecipar “leis econômicas” do socialismo. E, em lugar de ver nisso um fracasso das ciências sociais, e principalmente do marxismo, vejo nisso, ao contrário, uma reafirmação do caráter dialético do marxismo, para ficar nesse campo teórico. O marxismo, em não sendo usado como uma bíblia, pode *apenas apontar* o novo surgindo dentro do velho, talvez um velho e surrado modo de dizer; mas não pode erigir conceitualmente aquilo que não passou ainda pelo crivo do real. Isto é, o processo de constituição do conceito não se pode fazer categorialmente, e requer portanto a existência de formas da produção e reprodução da riqueza social diversas das do capitalismo, para que possa dar conta, então, do processo de constituição do conceito.

A tese clássica do socialismo é a da passagem da propriedade privada dos meios de produção para a propriedade coletiva dos meios de produção. Deve-se acrescentar a isso que essa passagem significa “propriedade privada capitalista dos meios de produção” para “propriedade coletiva socialista dos meios de produção”. Pode parecer uma mera redundância, mas é bom lembrar que já existiu propriedade privada dos meios de produção que não era capitalismo, assim como propriedade coletiva dos meios de produção que não era socialista. Em boa medida, a discussão entre *narodniks* e marxistas acerca da possibilidade da passagem da Rússia diretamente para o socialismo sem passar pelo capitalismo residiu nisso: os *narodniks* defendiam o argumento de que era mais fácil a Rússia passar para o socialismo, porque a propriedade coletiva, em sua forma comunal, era uma experiência histórica profundamente arraigada; de outro lado, os marxistas, tendo o próprio Marx e o próprio Engels à frente — com variações em diferentes períodos de suas vidas — negavam essa possibilidade exatamente pelo fato de que aquela propriedade coletiva *não surgia* do capitalismo, mas era anterior ao mesmo, na Rússia, e que qualquer socialismo, ao arrancar daquela base, teria que percorrer ou pelo menos realizar o que o capitalismo não tinha ainda conseguido fazer: através da concentração da propriedade, elevar o nível das forças produtivas, para somente então dar lugar ao socialismo.

Não interessa, talvez, adentrarmos muito no exame dessa polêmica, embora acredite eu que seu conhecimento é de extrema relevância e, em certos casos, parece guardar semelhanças *formais* — assinalo *formais* — com o caso de economias como a brasileira e a maioria daquelas que constituem a chamada periferia do capitalismo dos países centrais. A História, essa deusa irônica a rir dos homens, pareceu dar razão às duas correntes: a Rússia passou para o socialismo antes que qualquer país ocidental, e não por qualquer crise interna do capitalismo russo incipiente, mas por uma formidável crise do capitalismo à escala mundial, e o socialismo na hoje União Soviética teve que pagar pesados tributos ao atraso russo.

A discussão, hoje, embora deva retomar os temas clássicos, deve fazê-lo atualizando a problemática. De fato, não há mais nenhum recôndito lugar do globo onde o modo de produção, na parte capitalista do mundo, não seja, para usar uma redundância, movido pelas leis de reprodução do capitalismo. De certa forma, pois, o socialismo tem que arrancar de bases, completas ou maduras, nuns casos, incompletas ou inacabadas noutros, já preparadas pelo capitalismo. A própria industrialização dos países chamados periféricos aponta para a evidência de que, mesmo se subordinados à divisão internacional do trabalho capitalista, as leis de movimento da reprodução *interna* são capitalistas. Com isso quero dizer que o predominante é a produção de mercadorias tendo a constituição da própria força de trabalho como mercadoria, o pivô do processo de produção e reprodução social. Isto nos remete à questão central de que o socialismo tem como sua tarefa, se se quiser chegar à constituição de um modo de produção que não utilize a força de trabalho como mercadoria, *dissolver* o caráter de mercadoria da força de trabalho. Dirão alguns ou talvez a maioria que esse é o tema clássico, a problemática clássica, e que, portanto, não estamos propondo nada de novo, nem sequer atualizando-a.

O que há, portanto, de novo, na velha problemática, e em que consiste sua *atualização*? O que há de novo é o capitalismo dos oligopólios. Isto diz tudo. Esmiucemos *este novo*. Em primeiro lugar, esse novo reitera o velho: isto é, a extração de mais-valia, portanto a força de trabalho como mercadoria continua sendo a pedra de toque da reprodução do sistema. Em segundo lugar, porém, neste novo há algo realmente novo: *as formas* mediante as quais o capitalismo dos oligopólios consegue uma taxa de lucro que, ancorada pela extração da mais-valia, reproduz o sistema. O capitalismo dos oligopólios não forma a taxa de lucro pela concorrência *strictu sensu*, isto é, pela eliminação dos competidores que dá lugar ao processo de concentração. O capitalismo dos oligopólios forma sua taxa de lucro ou suas taxas de lucro mediante a utilização da riqueza social como mecanismo inerente para a própria extração da mais-valia. E o faz utilizando o estado. Essa utilização do estado não se dá apenas pelo fenômeno da “estatização”, isto é, pela entrada do estado como capitalista no próprio sistema produtivo, embora esse estado, ele mesmo capitalista, seja também parte integrante do novo. Mas o que há de novo realmente é que a entrada do estado dá lugar à aparição do “capital em geral”, que substitui o “capital social total”. Esse “capital em geral” é a riqueza social que se põe como pressuposto da acumulação privada, e, em assim sendo, transforma-se em valor que busca valorizar-se. Isto aponta para o fato de que o capitalismo completou-se como sistema de produção eminentemente social, embora sua apropriação mantenha-se privada. O processo dessa gênese não é nada exógeno ao capitalismo: foi a forma mediante a qual o estado vem tentando evitar as crises que,

devido às enormes dimensões da concentração de capitais, tenderiam a tornar-se catastróficas.

Essa simbiose entre extração de mais-valia que é sustentada pela privatização da riqueza social torna o capitalismo oligopolista absolutamente insustentável sem o estado. Não se pode dizer que isto é velho, *se ficarmos a repetir que o estado sempre foi* capturado pelas classes dominantes, e, no caso, pela burguesia na mais ampla acepção do termo. Mas a *forma* mediante a qual o estado é hoje não apenas “propriedade” das classes dominantes, mas é ele mesmo também um capitalista, ou o capitalista *par excellence*, é completamente nova. E isto nos conduz ao cerne do nosso problema: dissolver o caráter de mercadoriedade da força de trabalho passa por dissociar a riqueza social da acumulação de capital. Este é o golpe certo, no lugar certo.

A proposta do socialismo, pois, é atacar nos dois pontos: dissolução do caráter de mercadoriedade da força de trabalho e separação entre a riqueza social e a acumulação. Essa simbiose eleva o patamar da luta de classes e *muda suas formas*, porque muda a produção das classes e suas relações. Não basta atacar a relação de classes no interior do sistema produtivo, a relação no interior da fábrica. Este ataque somente tem dado como resultados a melhoria dos níveis do salário real para os trabalhadores, mas não destrói a relação social de exploração: porque, ao aumentar-se a participação dos trabalhadores por via dos salários, o capitalismo responde agora não apenas com o chamado progresso técnico, mas sustenta-se na utilização da riqueza social para financiar sua própria acumulação. Apartando-se a acumulação da riqueza social, pode-se chegar ao núcleo da relação de classe. Isto é o novo.

Essa temática pode ser confundida com a da destruição do estado, também da tradição marxista, e muitos perguntarão se não é a mesma temática colocada sob roupagens novas. Só para os que não querem ver que a reprodução do sistema não se sustenta *exclusivamente* na extração da mais-valia, ou, melhor dizendo, que a extração da mais-valia viabiliza-se através do financiamento da acumulação pela riqueza social, é que a temática pode parecer igual. O tema clássico da destruição do estado assentava-se na premissa de que era preciso fazer isto para destruir o sustentáculo da propriedade privada. O tema novo diz que se trata de recuperar a riqueza social e levar às últimas consequências um sistema que já é social na sua reprodução e torná-lo social na apropriação. Desse ponto de vista, é o novo nascendo das entranhas do velho, *mas sob novas formas*. Isto quer dizer que o socialismo não tem agora, como tarefa suja, realizar uma acumulação que o capitalismo não realizou. Essa acumulação o capitalismo já realizou; trata-se agora de não realimentá-la, não sustentá-la com a riqueza social. Mesmo em países como o Brasil, poder-se-ia pensar que há uma larga tarefa ainda por ser cumprida, e que “deixemos que o capitalismo a exaura”. Basta olhar para ver que, mesmo no Brasil, essa forma

que é o “capital em geral” já é o cerne do problema: como é que o capitalismo avança sobre a agricultura, sobre a Amazônia, por exemplo, sobre o Nordeste? Utilizando parte da riqueza social — os impostos — como pressupostos da acumulação privada: incentivos fiscais, crédito a juros negativos, dedução fiscal do Imposto de Renda, para fazer o processo de concentração e centralização dos capitais.

Se formos capazes de recuperar a *noção de mudança de forma* que é central no marxismo, podemos pensar que a mudança da forma de utilização da riqueza social já é um passo importante, mesmo se considerarmos que, em casos como o Brasil, não apenas o tamanho do excedente não se equivale aos dos países capitalistas mais desenvolvidos, como ainda persistem bolsões em que prevalecem relações não capitalistas de produção. Mas a grande diferença em relação ao “atraso russo” é que essas relações *formalmente* não capitalistas são produzidas pela re-produção do capitalismo. Mas o salto para o socialismo aqui não requer — nem no campo, que é o caso extremo — que este faça ou complete as “tarefas sujas” da acumulação e do crescimento das forças produtivas. Basta pensar que, se mesmo o campo, com todo seu atraso, tem sido capaz de dar conta da alimentação das cidades, teremos percebido que a mudança de forma torna-se essencial para que mesmo o campo possa contribuir para a re-produção da riqueza social sob novas formas de relação, sem a necessidade de expropriá-lo. É possível, pois, instaurar relações sociais de cooperação em lugar da relação social de exploração. Unindo as duas pontas do dilema, abolição da sustentação da acumulação privada pela riqueza social no âmbito de toda a nação, chega-se ao âmago da extinção ou da dissolução do caráter fetichista da mercadoria, isto é, da transformação da força de trabalho em mercadoria.

Mediante o uso da riqueza social pode-se chegar ao âmago do problema da reprodução. O fundo público no capitalismo oligopolista, este “capital em geral”, é que pode desfazer o nó górdio da relação estrutural entre preço da força de trabalho e taxa e volume da mais-valia no interior dos processos produtivos. Em se desfazendo essa relação quantitativa, a relação qualitativa, de que a força de trabalho transfere ao capital seu próprio valor de uso, se esfuma como bolha de ar. Esse fundo público é que pode compensar, entre os vários setores propriamente produtivos, *as descompensações na formação do excedente no âmbito de cada empresa, que necessariamente advirão* da destruição da relação entre preço da força de trabalho e formação da mais-valia.

Essa dupla determinação da mudança — abolição da relação social de exploração mais descolamento da riqueza social da acumulação — remete diretamente à questão da gestão. Esta passa a ser o nó górdio, de cuja resolução dependerá que o socialismo desvie-se para formas burocráticas ou enverede pelas formas democráticas; de cuja resolução depende que o socialismo não recrie no seu interior um espectro social tão amplo, onde os extremos são tão pare-

cidos com certos países capitalistas; de cuja resolução depende que a formação de estratos técnicos não se transforme numa forma de reiterar o não controle dos trabalhadores diretos e indiretos sobre o produto social; de cuja resolução depende que o socialismo, enfim, não venha a se parecer com um capitalismo de estado, mais do que com qualquer outra coisa.

A questão da gestão corre por duas vertentes. Em primeiro lugar, pela democracia nas relações internas da produção e nas relações externas do conjunto da sociedade; mas não quero ficar num terreno onde as palavras podem parecer vazias. Essa democracia, e, portanto, no final, a questão da gestão, requer como seu passo decisivo e fundamental a abolição das fronteiras entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Somente essa abolição pode assegurar o máximo de socialização possível, seja no plano da própria produção, seja especialmente no plano da tomada de decisões, evitando, portanto, o surgimento de estratos especializados que terminam por transformar-se em verdadeiras classes sociais, e que, sob outras formas, reiteram o que o capitalismo criou: a separação entre produtores e meios de produção. Surgindo no processo da acumulação primitiva como uma necessidade do capital, a separação entre produtores e meios de produção transferiu a virtude técnica do trabalhador direto para os meios de produção, criando, nesse passo, toda uma gama de trabalhos necessários, cuja função reside em refazer a ponte entre trabalhadores e meios de produção. Isto é, o trabalho de um engenheiro, para tomarmos esse exemplo, reside em projetar uma máquina que assume as anteriores virtudes técnicas do trabalhador.

No caso dos países capitalistas mais avançados, a questão da gestão baseada na possibilidade da abolição das fronteiras entre o trabalho manual e o trabalho intelectual anuncia-se não apenas como desejável, mas como possível. Pois a própria luta de classes, que desemboca numa aplicação da ciência como força produtiva, tende a reduzir — é apenas uma tendência que é negada reiteradamente pelo caráter de apropriação privada do sistema — as diferenças entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Pense-se, porém, no caso dos países capitalistas menos adiantados. Será que essa tendência já está inscrita nos processos de produção? Se não quisermos mistificar a técnica, e reconhecê-la apenas no que ela é, relação social cristalizada, essa possibilidade também existe: para cada nível de riqueza social existe um nível de conhecimento técnico que pode ser socializado; não o é apenas — e esse apenas é muito — pelo caráter privado da apropriação. Desde que a síntese entre abolição da relação social de exploração e utilização do fundo público como formas de dissolução do fetiche da mercadoria e, portanto, de superação da lei do valor se transforme na própria relação social que reproduzirá o sistema socialista, o caminho estará aberto para a abolição das fronteiras entre trabalho manual e trabalho intelectual, e, portanto, para uma gestão democrática, tornando indissociável, por

sua vez, o binômio socialismo e democracia. O socialismo, talvez possamos dizê-lo com simplicidade, resume-se à tensão dialética entre propriedade coletiva e gestão democrática.

Restaria examinar, ainda que de passagem, dois temas que permeiam qualquer discussão sobre o socialismo. A primeira é a clássica questão da revolução proletária, do caráter mesmo da revolução. O capitalismo dos oligopólios está a demonstrar que a revolução que pode desembocar no socialismo, superando o capitalismo como forma socialmente superior, é simultaneamente proletária e democrática. É proletária no sentido da abolição da relação social de exploração, e é democrática no sentido de que essa abolição somente se fará mediante o deslocamento entre riqueza social e acumulação. Isto conduz à questão de que a revolução ou se fará recortando um amplo espectro de classes sociais, incluindo aquelas que não são exploradas diretamente no interior da fábrica, ou então o “obreirismo” de certas versões, que fazem assim mais para homenagear o operariado do que para conceder-lhe participação real, tenderá na verdade a conduzir a classe operária a uma espécie de *ghetto* político do qual sozinha não sairá. A outra questão clássica é a da ditadura do proletariado. Eu diria que a ditadura do proletariado é ou foi a contrafação do processo de concentração e centralização dos capitais. E que, em sendo assim, é essa própria forma que leva àquilo que são considerados os “desvios burocráticos” dos sistemas socialistas existentes, porque o que existe é uma “ditadura sobre o proletariado”. Agora existe o fato de que o capitalismo dos oligopólios, a rigor, colocando o estado como assegurado das condições de reprodução particulares de cada capital, destruiu também a burguesia como *classe monolítica* e, portanto, seu papel na concentração e centralização dos capitais. Não recriemos aquilo que o capitalismo dos oligopólios já destruiu. Já existindo um processo de produção da riqueza social comandado, travejado pela presença do estado, toda a questão passa a ser agora não a de centralizar, pois isto já está feito, mas precisamente, numa palavra, a questão do controle democrático do próprio estado. E esse controle requer o afastamento e a liquidação da burguesia, que é agora não uma classe social autônoma, mas um parasita da riqueza social. Se ela justificou-se alguma vez historicamente, pelo seu papel revolucionário, ela é agora, analogamente à aristocracia que ela liquidou, um parasita sem destino e sem função.